

Platão contra a corrente.
A imagem do navio na *República*

Plato sailing upstream.
The image of the ship in the *Republic*

Gabriele Cornelli
Cátedra UNESCO Archai
Universidade de Brasília

Data de recepció: 20/05/14
Data d'acceptació: 29/06/14

A Roberto,
ἀληθινός κυβερνήτης

*E subito riprende
il viaggio
come
dopo il naufragio
un superstite
lupo di mare*

(Giuseppe Ungaretti, *Allegria di naufragi*, 1919)

1. A moldura da imagem: o navio e a terceira onda

A imagem do navio inaugura uma série de imagens centrais para a filosofia platônica, em geral, e para as fundamentais páginas dos livros VI e VII da *República*, especificamente. Lá figuram também as imagens do Sol, da Linha e da Caverna, que contribuem para colocar os dois livros da *República*, já na tradição anti-

ga, pelo menos desde Proclo, entre as passagens mais estudadas e comentadas da obra platônica.¹

Todavia, Keyt (2006,189) observa que, dentre essas imagens, especialmente quando comparada às outras três mais célebres, a tradição dos comentadores devotou menos atenção à imagem do navio. Ainda que lhe seja reservada quase de direito uma nota de rodapé em praticamente qualquer obra de ciências políticas, a insuficiente atenção teórica a ela reservada contrasta com o lugar central onde a imagem se encontra na obra. Esta constatação sugere, portanto, a necessidade de compreender melhor esta alegoria e sua importância na obra platônica.

É certamente o caso de, antes mesmo de aprofundarmos na imagem platônica propriamente, observar mais atentamente o contexto que emoldura esta imagem. As primeiras páginas do livro VI inauguram um *longo anexo* de função narrativa e argumentativa que exerce importante papel na discussão do diálogo (Vegetti, 2003). De fato, o que está em jogo nestas páginas é a viabilidade da proposta, apresentada por Sócrates, segundo a qual os filósofos deveriam governar a cidade (*Resp.* V 473d). Uma proposta esta à qual nos acostumou a longa tradição de estudos platônicos, mas que —é importante lembrar aqui— é recebida por Adimanto, o principal interlocutor de Sócrates nestas páginas, com escândalo e franca preocupação.

Ao tomar conhecimento da proposta, Adimanto evoca imediatamente um verdadeiro levante popular armado contra Sócrates e suas palavras (*Resp.* VI 473e-474a). Pela verdade, Sócrates era consciente da estranheza com que seria recebida sua proposta e, de certa maneira, esperava uma reação desmedida, o que pode ser vislumbrado na forma como ele mesmo a anuncia: «chegamos finalmente àquela que chamamos de onda maior. E vou falar, ainda que esta onda me faça cair no ridículo, e venha a me afundar em gargalhadas e desprezo» (*Resp.* V 473c).²

Sócrates enfrenta o risco do ridículo, pois pretendia que sua proposta de cidade justa, *kallípolis*, superasse incólume as agi-

¹ Vegetti (2006, 13ss) dedica à centralidade (em todos os sentidos) destas passagens uma discussão rica de detalhes e referências, para a qual remeto com satisfação. Veja-se a esse respeito também Santini (2011, 112). Para a leitura de Proclo da *República* cf. Abbate (1999).

² Orig.: 'Ἐπ' αὐτῷ δὴ, ἣν δ' ἐγώ, εἰμὶ ὁ τῷ μεγίστῳ προσηκῶμεν κύματι. εἰρήσεται δ' οὖν, εἰ καὶ μέλλει γέλῳτι τε ἀτεχνῶς ὥσπερ κῆμα ἐκγελῶν καὶ ἀδοξία κατακλύσειν.

tações descritas por meio da imagem da terceira onda. De forma significativa, ele antecipa o imaginário náutico que será retomado algumas páginas depois com a alegoria do navio.³

A vultosa dimensão da terceira onda, que soma em sua força tanto o medo do ridículo como aquele de uma reação violenta da cidade, propõe Sócrates a iniciar uma longa discussão, que desemboca na imagem do navio no livro VI. Na passagem compreendida entre as páginas 474b-487a, de fato, a discussão se concentra em questões de cunho epistemológico, todas voltadas a determinar qual seria a natureza do filósofo apontado como guardião da cidade. Nas palavras de Sócrates, o filósofo, ao tencionar sua alma para o-que-é, em lugar de prestar atenção ao correr opaco do devir, consegue alcançar a verdade, fugindo do engano da opinião. Estamos em pleno vocabulário platônico, obviamente. Desta contemplação do imutável, ele derivará duas condições que o qualificam para o governo da cidade: uma alma eticamente ordenada e as normas sobre o belo, o justo e o bom que são requeridas para o governo da cidade (*Resp.* V 484b). Todavia, este esforço mobilizado para a definição da verdadeira natureza do filósofo, ainda que muito elogiado pela força retórica, não parece alcançar o sucesso esperado. A longa argumentação desenvolvida por Sócrates não é suficiente para demover Adimanto das dúvidas, compartilhadas pela maioria. A real oportunidade dos filósofos serem guardiães ainda está em questão, já que estes são vistos geralmente como pessoas excêntricas e inúteis, quando não simplesmente más (*παμπόνηροι*) (Cf. *Resp.* VI 487d). O abismo da aporia parece próximo, portanto.

A insistência de Sócrates sobre a exposição de sua proposta da *kallípolis* ao ridículo não deve passar em segundo plano. Uma recentíssima obra de Canfora (2014) dedicada à relação entre Platão e Aristófanes, pode trazer um luz especial para esta menção. Canfora defende a tese segundo a qual Platão, na *República*, estaria de fato respondendo explicitamente às críticas e ao sarcasmo com que Aristófanes, e a comédia, mais em geral, haviam tratado sua utopia da cidade justa. Não irei é claro explicitar aqui a elaborada argumentação do historiador em favor de sua tese. Basta aqui citar, creio, o fulcro teórico dela, que passa pela revisão da

³ A primeira onda diz respeito ao papel da mulheres na cidade (*Resp.* V 457b), enquanto a segunda à abolição do núcleo familiar (*Resp.* V 457c).

maneira como foram geralmente entendidas pelos historiadores as formas de publicação tanto dos diálogos platônicos como das comédias. Segundo o autor, os primeiros (Canfora fala especialmente dos livros IV e V de *República*) podem muito provavelmente ter circulado como panfletos separados antes de sua edição definitiva, por assim dizer. As comédias, por sua vez, teriam circulado amplamente como textos, por vezes até de maneira independente de sua efetiva representação teatral. Desta forma, o diálogo entre Platão e Aristóфанes pode ter acontecido em tempos e em uma modalidade de fato pouco explorados (quando não explicitamente negados) pela crítica.

Se a reconstrução de Canfora está correta, o medo do ridículo expresso repetidamente por Sócrates na *República*, e mais precisamente nesta passagem em questão, não obedeceria a um genérico *topos* literário que representa os risos dos não-filósofos. Ao contrário, se trataria de uma referência direta à polêmica travada com a comédia sobre a utopia.

Nesta perspectiva, ainda mais especificamente, a referência seria à peça Ἐκκλησιάζουσαι, normalmente traduzida por *A assembleia das mulheres*. Na leitura de Canfora, a comédia em questão seria uma resposta direta de Aristóphanes à utopia platônica, conforme expressa nos livros centrais da *República*. Reforçando esta percepção sobre a *República* como meio de revide ao sarcasmo de Aristóphanes, à distância de algumas páginas das imagens náuticas aqui analisadas, encontra-se a menção de Sócrates à crítica da comédia à nudez das mulheres (nuas porque também admitidas no ginásio, ao lado dos homens) e à partilha delas (*Resp.* V 457a-b). A bem ver, estas são precisamente umas das principais críticas levantadas por Aristóphanes na comédia citada (Canfora 2014, pos. 1652).

Não é inútil destacar que este embate direto contra os ataques sarcásticos, desferidos por Aristóphanes e pela comédia ateniense em geral, à sua utopia pode ser compreendido como um sinal da grande capacidade reativa de Platão. Mais ainda, sinaliza a inserção de sua própria proposta platônica no âmbito da discussão política da Atenas nos primeiros anos do século V.⁴

⁴ Uma polêmica que explicaria também as repetidas críticas de Platão à influência política do teatro (θεατροκρατία) e sua tendência a deixá-lo de fora da cidade justa. Tratei mais exaustivamente este tema em outro artigo, ao qual aqui me remeto (Cornelli 2009).

Estamos na frente de um Platão navegando contra corrente, como o título deste artigo quer sugerir. Sua proposta utópica é não somente objeto de ridículo, mas resulta profundamente escandalosa.

De fato, o debate travava-se não somente com a comédia, mas também com diversas outras agências culturais e educativas da Atenas dos séculos V e IV aEC. O retrato da filosofia dos geômetras da Academia, que aparece na *Antídosis* de Isócrates, texto que constitui-se numa espécie de autoapologia intelectual do grande orador, ilustra a vivacidade do debate em curso:

aqueles que se ocupam de astronomia, geometria e disciplinas dessa sorte —diz Isócrates— não fazem mal. Ao contrário, trazem benefícios para seus alunos (...). Muitas pessoas veem nestes estudos nada mais do que tagarelice e ninharias (*ἀδολεσχίαν καὶ μικρολογίαν*), pois nenhuma destas disciplinas tem qualquer utilidade tanto para os negócios públicos como para os particulares (...) por serem totalmente alheias às nossas necessidades (*ἀλλ' ἔξω παντάπασιν εἶναι τῶν ἀναγκαίων*) (Isocr. *Antid.* 262).⁵

Como é sabido, Isócrates declara concordar somente parcialmente com esta crítica de muitos à utilidade da filosofia dos geômetras. Para ele, esta encontra utilidade somente como propedêutica às disciplinas mais importantes (todas elas ligadas à prática da oratória e, portanto, da política). Ainda na opinião de Isócrates, porém, aquela filosofia não é de nenhuma utilidade quando se torna vã especulação sobre questões inúteis como aquelas dos antigos sofistas que se preocupavam com temas abstratos como a infinitude do ser (Cf. Isocr. *Antid.* 268-9). O alvo desta crítica é obviamente a filosofia socrática e platônica. Isócrates e sua escola parecem estar disputando com Platão e sua Academia não somente o lugar de proeminência na formação das novas gerações atenienses (e gregas, mais geral), mas mais precisamente o que se deva entender como filosofia e qual seu papel na cidade.⁶

⁵ Nightingale (1995, 28-29) mostra que o texto da *Antídosis* é explicitamente construído a partir do modelo da *Apologia* platônica (cf. especialmente *Antid.* 15), da qual empresta também motivos e temas. Constitui-se, mais um sinal, portanto, do intenso debate em curso entre as duas escolas e da clara intenção polêmica de Isócrates para com Platão.

⁶ A bibliografia a respeito do antiplatonismo de Isócrates é certamente muito extensa, passando por Howland (1937), Duering (1941, 143-146) até a mais recente Nightingale (1995, 13-59).

A mesma acusação da inutilidade da investigação astronômica e geométrica ecoa nas páginas centrais da *República* que estamos analisando. É neste contexto, como veremos, que a imagem do navio emerge em toda sua relevância. Não somente como parte da argumentação platônica em favor da utopia proposta na *República*, mas enquanto importante contribuição de Platão ao debate em curso em Atenas.

Se esta é, portanto, a pragmática da *República*, é francamente surpreendente a afirmação que Sócrates, a seguir, dirige a Adimanto: «Você crê que quem diga isso [que os filósofos são maus] está dizendo a verdade? (...) Pois me parece que eles estejam dizendo a verdade (*Resp.* VI 487d-e)».⁷ Adimanto, assim como qualquer leitor do diálogo, é obviamente surpreendido por esta inesperada mudança de ventos na argumentação de Sócrates. «Mas então — Adimanto afirma, desconsolado — como é possível dizer que as cidades não serão libertadas de seus males a menos que os filósofos governem, se estamos de acordo que estes são inúteis?».⁸

Mais uma vez, a celebrada habilidade retórica de Sócrates acua o interlocutor, e utiliza-se de um estratagema aporético.⁹ À pergunta de Adimanto, Sócrates responde que a única resposta possível é uma imagem: «tua pergunta precisa de uma resposta dada por meio de uma imagem» (*Resp.* VI 487e).¹⁰

Adimanto encontra-se assim duplamente desorientado. Primeiramente, Sócrates parecer concordar com a opinião comum da inutilidade dos filósofos para a cidade e, além disso, ao procurar explicar esta aparente contradição em sua argumentação, declara somente poder respondê-la por imagens, mudando radicalmente o curso e o estilo de sua argumentação. A nada serve, obviamente, o protesto de Adimanto: «Mas você normalmente não fala por imagens, creio» (*Resp.* 487e).¹¹ Sócrates, no entanto, procede impertérrito, e não poupa ironia para com a surpresa de Adimanto

⁷ Orig.: Καὶ ἐγὼ ἀκούσας, Οἷε οὖν, εἶπον, τοὺς ταῦτα λέγοντας ψεύδεσθαι; Οὐκ οἶδα, ἢ δ' ὅς, ἀλλὰ τὸ σοὶ δοκοῦν ἠδέως ἀνάκουοιμι. Ακουοῖς ἂν ὅτι ἔμοιγε φαίνονται τάλιθθ' ἴλεγειν.

⁸ Orig.: Πῶς οὖν, ἔφη, εὖ ἔχει λέγειν ὅτι οὐ πρότερον κακῶν παύσονται αἱ πόλεις, πρὶν ἂν ἐν αὐταῖς οἱ φιλόσοφοι ἄρξωσιν, οὐς ἀχρήστους ὁμολογοῦμεν αὐταῖς εἶναι;

⁹ Sócrates já havia sido anteriormente acusado de colocar o adversário em uma sinuca de bico, como no jogo de mesa chamado πεττεία (*Resp.* VI 487C).

¹⁰ Orig.: Ἐρωτᾷς, ἦν δ' ἐγώ, ἐρώτημα δεόμενον ἀποκρίσεως δι' εἰκόνας λεγομένης.

¹¹ Orig.: Σὺ δέ γε, ἔφη, οἶμαι οὐκ εἴωθας δι' εἰκόνων λέγειν.

diante do anúncio de Sócrates:¹² «caçoa de mim depois de ter me jogado uma questão tão difícil. Escute, portanto, esta imagem, de modo que você possa ver ainda melhor como me enrolo ao tecer imagens» (*Resp.* 478e-488a).¹³

A imagem que Sócrates anuncia e se propõe a desenhar é exatamente a imagem do navio. A descrição da moldura da imagem, a que nos detivemos até agora, permite uma primeira observação preliminar, por assim dizer. A imagem parece derivar sua força dramática e argumentativa exatamente desta rota longa e agitada, marcada pelo enfrentamento das ondas que impedem a construção da *kallípolis*. Assim é a terceira e última destas ondas, a maior de todas, que diz respeito ao lugar predominante dos filósofos no governo na cidade, a explicar a relevância da utilização da imagem do navio e seu lugar nas páginas centrais do diálogo.

2. A legenda da imagem

Antes mesmo de desdobrar a imagem em questão, Sócrates parece antepor a ela uma legenda, uma nota, como a querer indicar uma chave-de-leitura tanto daquilo que a imagem representa como também da técnica utilizada para sua construção:

¹² A surpresa expressa por Santini (2011, 122-3) com relação a esta afirmação de que Sócrates não seria um bom produtor de imagens é substancialmente correta, pois as imagens, alegorias, mitos fazem parte normalmente do repertório do Sócrates platônico. A solução por ela proposta é que *criar uma imagem e colocar em prática a kallípolis* não seriam percebidos, na *República*, como dois momentos distintos. Desta forma, Adimanto estaria levantando uma preocupação para com a escassa experiência política prática de Sócrates. Apesar de elegante, a sugestão de Santini parece não resistir tanto à história (o Sócrates histórico teve sim cargos políticos públicos) como especialmente à própria imagem que será imediatamente depois apresentada por Sócrates: como veremos, não se trata de uma proposta de colocar em prática uma cidade utópica; ao contrário, apresenta por imagens a prática política em vigor em Atenas naqueles dias, como a própria Santini acaba por reconhecer (2011, 124). Resta ainda, todavia, a necessidade de procurar uma explicação convincente para esta afirmação de Adimanto sobre o pouco costume (e não a incapacidade) de Sócrates ao lidar com imagens.

¹³ Orig.: Εἶεν, εἶπον· σκόπτεις ἔμβεβληκῶς με εἰς λόγον οὕτω δυσπαπέεικτον; ἄκουε δ' οὖν τῆς εἰκόνος, ἣν' ἐπι μᾶλλον ἴδης ὡς γλίσχωρος εἰκάζω. Traduzi o advérbio *γλίσχωρος* com o sentido de *enrolar*, por aproximar-se ao significado de perda de mobilidade ou destreza do advérbio que deriva de *γλία*, isto é, cola. O termo *γλίσχωρος* todavia pode ter também o significado de mesquinho (Adam 1902, 9). Mesmo esta segunda possibilidade também caberia, creio, perfeitamente na autoavaliação irônica de Sócrates sobre sua capacidade de produzir imagens (Cf. Gastaldi 2006, 193).

É de fato a tal ponto insuportável o sofrimento dos mais valorosos frente à cidade, que não há outro sofrimento que possa ser igual a este. Mas é preciso que quem quiser tecer esta imagem e uma apologia desses valorosos, o faça compondo diversos elementos, como fazem também os pintores que desenham quimeras e figuras desse tipo (*Resp.* VI 488a).¹⁴

Antes de qualquer coisa, pode merecer uma observação a tradução que proponho de um termo central para a compreensão da passagem, que traduzi como *quimeras*. O termo grego *τραγελάφος* deveria ser traduzido mais fielmente por *cabricervo*, por indicar de fato uma criatura imaginária híbrida que é construída pela mistura de um cabrito e um cervo. Esse animal fantástico é já conhecido pela literatura antiga, e provavelmente presente no imaginário dos atenienses do período, por ter sido já citado nas *Rãs* de Aristófanes (935-39). Como o sentido do termo aqui parece quer indicar mais genericamente uma imagem híbrida e fantástica, optei por utilizar —não sem perceber nesta opção certa ousadia— uma imagem paralela de, certa forma, mais genérica e imediatamente mais presente no imaginário moderno: a da quimera, portanto.¹⁵

O que mais importa, todavia, é o sentido que a imagem assume enquanto legenda, como dizia, da imagem do navio: Sócrates parece sublinhar o revés do tecido da imagem: o navio como algo híbrido, isto é, anormal. Esta anormalidade, esta monstrosidade híbrida do *τραγελάφος* parece servir dramaticamente para evidenciar a anormalidade e monstrosidade da situação dolorosa (veja-se a repetição do verbo *πάσχω* na passagem) que os mais valorosos entre os cidadãos estão sofrendo.

Uma imagem dentro da imagem, portanto, que se propõe como chave-de-leitura e como aviso: o que será mostrado é algo estranho, haverá diversos elementos na imagem do navio que contribuirão para dar a ela certa monstrosidade. O motivo pelos quais a imagem teve de ser construída desta forma híbrida é anunciado de antemão: a realidade atual da cidade é a tal ponto

¹⁴ Orig.: οὗτω γὰρ χαλεπὸν τὸ πάθος τῶν ἐπεικεστάτων, ὃ πρὸς τὰς πόλεις πεπόνθασιν, ὥστε οὐδ' ἔστιν ἓν οὐδὲν ἄλλο τοιοῦτον πεπονθός, ἀλλὰ δεῖ ἐκ πολλῶν αὐτὸ συναγαγεῖν εἰκάζοντα καὶ ἀπολογούμενον ὑπὲρ αὐτῶν, οἷον οἱ γραφῆς τραγελάφους καὶ τὰ τοιαῦτα μειγνύντες γράφουσιν.

¹⁵ Para um estudo exaustivo das origens e dos usos da imagem do *τραγελάφος* cf. Silliti (1980).

monstruosa e estranha que obriga o recurso a este tipo de imagens fantásticas.

Desde a legenda inicial da imagem, portanto, o leitor/observador é levado a perceber que há algo nela que não-está-certo; que está, por assim dizer, de-cabeça-para-baixo. A imagem do navio é assim introduzida, desde logo, como imagem invertida (Santini 2011, 126), a representar a inversão dos papéis e dos valores da própria cidade.

3. A imagem do navio

Sócrates, então, inicia a retratar o navio: «Imagine» (νοέω), não mais simplesmente «escute» (ἀκούω), como logo antes havia dito (*Resp.* VI 487d). Adimanto, assim, é convidado a entrar ativamente na imagem do navio. A imagem a ser desenhada se torna um projeto compartilhado, um esforço comum de representação, a sublinhar sua conotação política, creio:

Imagine assim que estas coisas aconteçam em muitos navios ou em um só: um armador, maior e mais forte de todos aqueles embarcados no navio, mas surdo e de vista um tanto curta, e com conhecimentos de navegação da mesma forma limitados; os marinheiros lutam uns contra os outros para o comando do navio, acreditando que cada um deles devesse comandar, sem ter aprendido todavia qualquer arte de navegação, sem poder apresentar seu instrutor ou quando a teria aprendido (*Resp.* VI 488a-b).¹⁶

A estranheza da imagem salta aos olhos pela caótica configuração das personagens que deveriam ser predispostas à navegação. Todavia, a bem ver, não há nada de surpreendente no uso de uma alegoria de navio para representar a cidade. Ao contrário, esta comparação da cidade com um navio pode até ser considerada consagrada por uma longa e consolidada tradição literária (Gastaldi, 2003, 193). A primeira alegoria política do navio de que temos registro na literatura grega antiga está no interior de um fragmento de Arquíloco: «Olhe, Gláucon, as ondas estão já

¹⁶ Orig.: νόησον γὰρ τοιουτοῦ γινόμενον εἴτε πολλῶν νεῶν περὶ εἴτε μιᾶς· ναύκληρον μεγέθει μὲν καὶ ῥώμῃ ὑπὲρ τοὺς ἐν τῇ νηὶ πάντας, ὑπόκωφον δὲ καὶ ὀρῶντα ὡσαύτως βραχὺ τι καὶ γινώσκοντα περὶ ναυτικῶν ἕτερα τοιαῦτα, τοὺς δὲ ναῦτας στασιάζοντας πρὸς ἀλλήλους περὶ τῆς κυβερνήσεως, ἕκαστον οἰόμενον δεῖν κυβερνᾶν, μήτε μαθόντα πώποτε τὴν τέχνην μέτε ἔχοντα ἀποδείξει διδάσκαλον ἑαυτοῦ μηδὲ χρόνον ἐν ᾧ ἐμάνθανεν.

movendo o mar profundo, e uma nuvem levanta-se em volta do pico de Gira; é um sinal de tempestade, o medo me toma repentinamente» (105 West).¹⁷

Por sua vez, Heráclito, autor da época imperial, em seu comentário à alegoria homérica, cita justamente este fragmento de Arquíloco: «foi definida alegoria a técnica expressiva de dizer uma coisa querendo significar outra. Assim Arquíloco, preso nas correntezas da Trácia, compara a guerra às ondas do mar» (Heraclit. *All.* V, 9). É, todavia, num fragmento de Alceu, como bem nota novamente Gastaldi (2003, 194 n15), que aparece de fato pela primeira vez uma imagem que relacione diretamente o navio e a cidade:

não compreendo a direção dos ventos/ deste lado quebra uma onda/ do outro lado outra, e nós no meio/ somos levados com o navio preto, exaustos pelo violento turbilhão/ a água do porão já cobre a base do mastro/a vela é toda um trapo transparente/rasgada com enormes lacerações» (Alcaeus fr. 208a Voigt).¹⁸

É novamente Heráclito aqui a comentar: «quem não imaginaria imediatamente, com base na imagem marinha, tratar-se de navegantes aterrorizados na frente do mar? Mas não é assim. São representados Mirsílio e sua conspiração tirânica contra os habitantes de Mitilene» (Heraclit. *All.* VII). Heráclito nos fornece, portanto, a chave-de-leitura política da imagem, que implicitamente refere-se aos golpes tirânicos que a cidade de Mitilene sofre entre os séculos VI e V. O poeta, possivelmente no exílio, vê a tirania de Mirsílio levar a cidade ao naufrágio e alerta seus concidadãos sobre o perigo iminente.¹⁹

Contudo, a imagem mais próxima àquela de Platão encontra-se nas elegias de Teógnis, escritas ainda no VI século aEN:

Se eu tivesse, oh Simónides, as riquezas que eu tive um dia, não ficaria triste ao estar em companhia dos nobres. Porém, agora a sorte passa longe: eu a vejo passar, mas estou sem palavras pela necessidade; pois deveria ter compreendido melhor do que meus

¹⁷ Sigo em parte a tradução inglesa de Gerber (1999, 146). Gerber anota que o Gira poderia ser tanto o homônimo promontório, como uma alusão mitológica às rochas na quais Ajax Lócrio encontrou sua morte (1999, 146).

¹⁸ Sigo a edição e a tradução italiana de Gentili (2006, 294).

¹⁹ Cf. Yatromanolakis (2009, 211) para a informação sobre o exílio de Alceu.

concidadãos que recolhemos as brancas velas e na noite escura estamos à deriva nas águas de Melos. Recusam-se a esvaziar o porão, ainda que a água esteja chegando às bordas. É difícil que alguém se salve, se fazem o que fazem. Destituíram um capitão valoroso, que vigiava sabendo o que fazia (κυβερνήτην μὲν ἔπαυσαν ἐσθλόν, ὅτις φυλακὴν εἶχεν ἐπισταμένως). Dão fundo às riquezas com a violência, a ordem desapareceu e não há mais partilha equânime dos bens. Comandam os carregadores, os plebeus mandam sobre os nobres. Temo que o navio seja tragado pelas ondas. Digo isso em enigmas (ἡνίχθω) para os nobres, mas até um plebeu (κακός) de mente obtusa as compreenderia (Theog. 667-682 Young).²⁰

Revelando uma franca perspectiva oligárquica, a alegoria de Teógnis aparenta traços profundamente comuns com a imagem de Platão, antecipando, de fato, elementos centrais da imagem do navio, como se verá em breve. Há poucas dúvidas que o navio tracejado por Sócrates na *República* seja inspirado nesta anterior alegoria. Especialmente significativa, neste sentido, é a descrição da figura do capitão do navio na alegoria de Teógnis. Este é dito φυλακὴν εἶχεν ἐπισταμένως, antecipando ao mesmo tempo —como bem viu Santini (2011, 70)— tanto a imagem platônica do filósofo como guardião (φυλακῆς), como também a relação da arte do governo (da cidade ou do navio) com o conhecimento (ἐπισταμένως).

A primeira personagem que Sócrates introduz na imagem é ο ναύκληρος, isto é, o armador. Para efeito de leitura, o navio da imagem platônica em questão pode ser aproximado a um veleiro comercial, como os muitos que deviam atravessar o Mediterrâneo, provavelmente deste os tempos fenícios. O comércio marítimo no mediterrâneo antigo previa, a bem ver, uma série de figuras e papéis, desde aquele do importador ou exportador de mercadorias até o atacadista final. Normalmente, o exportador, que desejava vender a mercadoria além-mar, alugava um navio (ou parte dele) de seu proprietário, o armador (Casson 1959, 114). Por sua vez, ao armador pertence o navio, mas não a carga que este transporta. Ele contrata os oficiais de marinha, desde o capitão até o último dos marinheiros que irão compor a tripulação. Na passagem sob

²⁰ Sigo a tradução italiana de Ferrari (1989), com a emenda de Bruck, que lê κακός na última linha em lugar de κακόν. No segundo caso, o sentido da passagem seria ainda compreensível, é claro: «but anyone, if he is wise, can recognize the actual calamity» (Gerber 1999, 273).

análise, os termos que indicam este capitanear do navio remetem todos à figura do κυβερνήτης, que reúne em si as características e funções hoje normalmente divididas entre um número maior de membros da tripulação ou oficiais de marinha mercante: o κυβερνήτης é assim ao mesmo tempo comandante/capitão do navio, timoneiro e navegador.

Que a figura do κυβερνήτης tenha múltiplas funções é evidente, até mesmo pelo uso que Platão faz do termo no interior de sua própria obra. Enquanto no primeiro livro da *República* (*Resp.* I 341c-341d) o κυβερνήτης é apelidado de ναυτῶν ἄρχων, comandante da tripulação, no *Político* (272e), κυβερνήτης é o próprio timoneiro do universo, que larga a barra do leme e se retira em seu lugar de contemplação.²¹

A precariedade dos conhecimentos náuticos gregos, junto com os normais perigos de uma viagem por mar, tornavam a navegação algo substancialmente perigoso, sempre sujeito a desfechos dramáticos, tanto no sentido de perda do cargo como da vida da tripulação.²²

O armador da imagem socrática é descrito como «maior e mais forte de todos aqueles embarcados no navio, mas surdo e de vista um tanto curta, e com conhecimentos de navegação da mesma forma limitados» (*Resp.* VI 488a). Esses atributos do armador fazem imediatamente pensar em um paralelo —amplamente lembrado pela crítica— com a personagem de Demos, protagonista dos *Cavaleiros* de Aristófanes. A comédia em questão é ambientada numa casa e não em um navio, mas as similitudes são evidentes. Demos, o dono da casa, é obviamente a alegoria do Povo: «Demos soberano (literalmente, *frequentador da Pnux*, morro onde se realizam as assembleias), um velho intratável, e surdo» (42-43) —assim o definem seus servos.²³ Na comédia, Demos é continuamente bajulado por um servo de nome Paflagônio, curtidor de profissão, alegoria do demagogo: «safado e aproveitador como é, compreende imediatamente o caráter do dono» (46), literalmente seus τῆροποι. Os outros servos, indignados, roubam o oráculo sagrado

²¹ Cf. Keyt (2006, 192) para outras passagens platônicas que corroboram estas múltiplas funções do κυβερνήτης.

²² Veja-se neste sentido Casson: *Whether under sail or oars, working these ships was strenuous, uncomfortable, and dangerous. They were much less sturdy than the robust craft of the Vikings, and the Greeks were correspondingly far less bold than those reckless sea raiders* (1959, 38).

²³ Orig.: Δήμος Πυκνίτης, δύσκολον γερόντιον υπόκωφον.

que Paflagônio custodia a sete chaves, e descobrem que o mesmo contém profecias sobre quem irá governar a cidade: primeiramente um vendedor de estopa, em seguida um comerciante de gado e enfim um salsicheiro (Ἀλλαντοπόλης, 143). Frente à maravilha do salsicheiro, que afirma não sentir-se à altura da responsabilidade, o servo declara: «a mim parece que algo de positivo você deva ter em seu currículo: não será por acaso filho de um homem de bem? (ἐκ καλῶν εἶ ἀγαθῶν, 184). Por Zeus, não! —responde indignado o salsicheiro— sou da ralé (εἰ μὴ ‘κ πονηρῶν γ’, 186). E pergunta, logo mais: «mas como é que posso governar o povo?». A resposta dos servos é sarcástica:

É a coisa mais fácil do mundo (Φαυλότατον ἔργον, 213): faça como sempre fez. Misture, embrulhe todos os miúdos juntos, puxe o saco do povo sempre (ἀεὶ προσποιῶ, 215), adoce-o com frases típicas de um gastrônomo (ὑπογλυκαίνων ῥηματίοις μαγειρικοῖς, 216). As virtudes do demagogo já as tem: voz bestial, origem baixa (φωνὴ μιὰρά, γέγονας κακῶς, 217). Enfim, tem tudo o que é preciso para a política (ἅπαντα πρὸς πολιτείαν ἂ δει, 218)» (Aristoph. *Equit.* 213-8).

Assim, ainda que Sócrates não declare explicitamente que o armador é alegoria do povo, o paralelo com a passagem de Aristófanes parece apontar claramente para isso. A bem ver, há também mais dois indícios para esta atribuição. Algumas páginas depois, de fato, Sócrates fala de um animal grande e forte, que algumas pessoas (identificadas com os sofistas) criam; aprendendo suas fúrias e desejos para melhor manipulá-lo (*Resp.* VI 493a-b). A alegoria do animal é imediatamente revelada: trata-se dos πολλοί (*Resp.* VI 493d), isto é, dos muitos, reunidos em assembleias e teatros: o povo, portanto. Um segundo indício é a própria leitura de Aristóteles da passagem: na *Retórica*, Aristóteles, ao explicar a diferença entre metáfora e alegoria, afirma que na *República* Platão desenha a imagem do povo como a de um armador (*Rhet.* II 4 1406b 34-6). Creio, por conseguinte, que não haja de fato melhor compreensão para a alegoria do armador que a simbolização do povo.²⁴

Deste modo, o paralelo desvela com especial efetividade a figura do armador. Ainda que maior e mais forte de todos (por ser

²⁴ Veja-se, todavia, a sugestão de Centrone (2011, Livro VI, n12) que associa, diversamente, a imagem do armador àquela dos políticos atenienses da época.

o povo, o dono da cidade-navio) é, todavia, gravemente limitado em suas competências para o governo do navio. Esta limitação é o mote dramático e teórico que anima a imagem: pois os marinheiros (como os servos de Demos) se movimentam no sentido de assumir o governo em lugar do dono.²⁵ Na imagem do navio, a falta de conhecimento da τέχνη da navegação por parte dos que aspiram a serem capitães constitui o escândalo: é impensável que os que aspiram ao governo não tenham qualquer educação.

A absoluta falta de educação para a política e a afirmação sarcástica da negação da necessidade de qualquer formação ou educação para o governo constituem também uma convergência fundamental entre as duas imagens.

Certamente, a insistência na centralidade desta questão, evidenciada no paralelo com a alegoria sarcástica de Aristófanes, conforme vimos, possui sinais textuais próprios na imagem platônica notadamente, a insistência sobre não poder indicar onde se graduaram capitães e quando isso teria ocorrido. Este constitui um destaque que não deve certamente surpreender: o tema da educação dos governantes é exatamente umas das questões-chave da *República* e, mais em geral, da reflexão política de Platão.

Assim, a insistência dos marinheiros em afirmar que a arte da navegação não seria ensinável não é inédita. Ela ecoa, certamente, as posições de filosofia política colocadas na boca de Protágoras no mito de origem da cidade. No início do homônimo diálogo platônico, a capacidade de fazer política pertence a todos os cidadãos, não requerendo, portanto, qualquer educação.

Assim, a imagem do navio localiza-se precisamente no eixo central da polêmica de Platão com a retórica, a sofística e o partido democrático: a não necessidade de possuir uma especial formação política é de fato o «postulado basilar da democracia» (Gastaldi, 2003, 197).

Contudo, Platão não pode aceitar a tese democrática de que qualquer um, sem qualquer educação, possa fazer política. Não

²⁵ O armador da imagem platônica possui, além de sua tendencial surdez, também a vista limitada. Há nisso certamente uma referência à importância da vista para a navegação, mas também provavelmente um destaque todo platônico à visão como faculdade central para os guardiães, ligada exatamente ao necessário exercício da *theoria*. O navegador do navio, como o caminhador da alegoria da caverna algumas páginas na sequência, é de fato um atento contemplador do céu. Cf. Keyt (2006, 197) e Santini (2011, 129).

tanto —ou não somente— por sua fé política de clara matriz oligárquica. Platão está convencido que, sem uma reforma da classe política, reforma esta que passa fundamentalmente por uma educação dos que serão guardiães, o único cenário possível de justiça é aquele expresso por Trasímaco no início da *República*, pelo qual «justo é o interesse (συμφέρον) do mais forte» (*Resp.* I 338c).²⁶ É procurando responder a esta posição teórica que Platão parece querer escrever o restante do diálogo. O interesse do mais forte, a política pensada e vivida como prevaricação é exatamente o que a imagem platônica segue descrevendo:

Afirmam, ao contrário, que essa arte não é ensinável, e matam imediatamente quem afirma que seja ensinável. Se põem sempre em volta do armador suplicando e fazem qualquer coisa para que ele passe o leme²⁷ para eles. Por vezes, ao não conseguirem persuadi-lo, enquanto outros tiveram sucesso nisso, matam estes últimos e os jogam para fora do navio (*Resp.* VI 488b-c).²⁸

A violência é, portanto, a marca deste navio, e da cidade que este figura nas condições descritas na imagem. Impossível não reconhecer, na figura destroçada de quem afirma que a arte da navegação (leia-se, da política) seja ensinável, uma referência trágica e melancólica de Platão à sorte infeliz que tocou ao próprio Sócrates.²⁹

Da mesma forma, é clara a referência à violência de uns contra os outros, que assume as conotações de guerra civil. Não acaso, Platão havia utilizado, logo acima, a expressão *στασιάζοντες* referida aos mesmos marinheiros em contínua *luta* para conseguirem o comando do navio. A referência do verbo à *στάσις*, à luta intestina à

²⁶ Orig.: τὸ δίκαιον οὐκ ἄλλο τι ἢ τὸ τοῦ κρείττονος συμφέρον.

²⁷ Traduzi o termo *πηδάλιον* por leme, ainda que tecnicamente os veleiros antigos não possuísem ainda um leme: o *πηδάλιον* é mais precisamente constituído por dois remos de direção, colocados um de cada lado do navio. O leme, enquanto peça situada na popa da embarcação e a esta fixada, assim como o compasso para a navegação, foram inventados somente na Idade Média, por volta do ano 1200 EC (Casson, 1959, 246). Para uma descrição mais técnica do funcionamento e da navegação da trirreme ateniense cf. Morrison & Coats (1986) e, especialmente, o instigante relatório de Coats (1989) na *Scientific American*.

²⁸ Orig.: πρὸς δὲ τούτοις φάσκοντας μὴδὲ διδακτὸν εἶναι, ἀλλὰ καὶ τὸν λέγοντα ὡς διδακτὸν ἐτοιμοὺς κατατέμνειν, αὐτοὺς δὲ αὐτῷ ἀεὶ τῷ ναυκλήρῳ περιεχῆσθαι δεομένους καὶ πάντα ποιούντας ὅπως ἂν σφίσι τὸ πηδάλιον ἐπιτρέψῃ, ἐνίστε δ' ἂν μὴ πείθωσιν ἀλλὰ ἄλλοι μᾶλλον, τοὺς μὲν ἄλλους ἢ ἀποκτείνοντας ἢ ἐκβάλλοντας ἐκ τῆς νεώσ.

²⁹ Do mesmo aviso também Gastaldi (2006, 198).

cidade, à guerra civil que marca os últimos anos do século V, não passa despercebida. Santini (2011, 131) vê no termo um paralelo com a mesma situação representada no poema de Alceu, acima citado. Creio, todavia, que o termo *στάσις* resume mais genericamente, na literatura do tempo, o amplo léxico da guerra civil, que constitui um evidente pano de fundo da imagem.³⁰

Não somente pela violência física, porém, se expressa o *συμφέρον*, o interesse, dos mais fortes. A imagem segue descrevendo outras estratégias dos marinheiros:

Enovelando o nobre armador com a mandrágora, o vinho ou qualquer outro expediente, tomam o controle do navio, assaltando as provisões, bebendo e realizando suntuosos festins e navegando como é de se esperar de capitães como estes. E ainda enaltecem, chamando-o de navegador, capitão e verdadeiro conhecedor das coisas náuticas aquele que é capaz de entregar-lhes o comando, que o faça utilizando a persuasão ou a violência para com o armador, censurando como inútil quem assim não age (Resp. VI 488c-d).³¹

A persuasão e a violência são aqui, significativamente, colocadas no mesmo plano de responsabilidade. A polêmica com a

³⁰ Cf. discuti a maneira como Platão enfrenta o debate sobre a reestruturação de Atenas depois da Guerra civil num artigo recente (Cornelli & Batagello 2012). Não creio seja o caso de distinguir, como faz Keyt (2006), no interior da imagem, entre guerra civil, propriamente dita, e expulsão —por vias legais, ainda que demagógicas— dos adversários políticos: «Plato characterizes faction (*stasis*) as the domestic equivalent of foreign war (Resp. V 470b4-9), he does not intend for the sailors' rivalry to represent full-scale civil war such as that at Corcyra during the Peloponnesian War (Thucydides 3.69-85). Killing rival sailors or throwing them overboard represents the judicial murder or banishment of political rivals through the instrumentality of the popular law courts» (compare Resp. VIII 565e3-566a4) (Keyt 2006, 195). Antes de mais nada porque a própria imagem platônica parece, como creio ter mostrado há pouco, articular de maneira coerente ambas as ações. A luta dos marinheiros entre eles é aproximada à *στάσις* e os que ganham a confiança do armador são jogados borda a fora. Além disso, a guerra civil e as sucessivas expulsões dos adversários políticos são duas faces da mesma moeda na história de Atenas no final do século IV. A distinção proposta, portanto, não é necessária.

³¹ Orig.: τὸν δὲ γενναῖον ναύκληρον μανδραγόρα ἢ μέθη ἢ τι ἄλλω συμποδίσαντας τῆς νεῶς ἄρχην χρωμένους τοῖς ἐνοῦσι, καὶ πίνοντάς τε καὶ εὐωχομένους πλεῖν ὡς τὸ εἰκὸς τοῦς τοιοῦτους, πρὸς δὲ τούτοις ἐπαινοῦντας ναυτικὸν μὲν καλοῦντας καὶ κυβερνητικὸν καὶ ἐπιστάμενον τὰ κατὰ ναῦν, ὃς ἂν συλλαμβάνειν δεινὸς ἢ ὅπως ἄρξουσιν ἢ πείθοντες ἢ βιάζόμενοι τὸν ναύκληρον, τὸν δὲ μὴ τοιοῦτον ψέγοντας ὡς ἄχρηστον.

retórica e a sofisticada não pode ser mais explícita. Mandrágora e vinho são utilizados para imobilizar o armador. O mesmo tipo de resultado narcótico pretendido tradicionalmente pela persuasão.³²

O armador é dito γενναῖον, isto é nobre, bem-nascido. Ainda que possivelmente irônico, como parece entendê-lo Keyt (2006, 195), o termo pode, entretanto, remeter mais simplesmente à nobreza ou ao poder econômico de quem é proprietário do navio. Creio que seja possível concordar com o clássico comentário de Adam (1902, 9), neste sentido, segundo o qual o armador, por suas posses, seria fundamentalmente uma vítima da violência (e da persuasão) dos marinheiros.³³

Quem assim não age, isto é, quem não procura o poder com o engano e a violência, é chamado de ἄχρηστον, inútil. O tema da inutilidade da filosofia retorna aqui ao coração da imagem.

O resultado da tomada do comando dos marinheiros é duplamente pernicioso: a carga do navio é dissipada em festins e embriaguez, enquanto a correta navegação é conseqüentemente comprometida. A rota de um navio assim comandado não pode não ser trágica, tanto na imagem como naquilo que essa quer significar. Vislumbra-se, no horizonte, o perigo do naufrágio de uma cidade, resultado esperado quando se substitui a justiça por uma gestão privada imprudente da coisa pública.

4. O verdadeiro capitão

Imediatamente depois da descrição em cores tão vivas da deriva da cidade, Platão, coloca finalmente em cena, como que *ex machina*, a utopia. Ela é representada pela figura do *verdadeiro capitão*:

Quanto ao verdadeiro capitão, não se dão conta que precisa se ocupar das condições do tempo, das estações, do céu, dos astros, do vento e de todas as coisas que dizem respeito à arte da navegação, se deseja ser efetivamente um comandante de navio. Assim, para ser capitão, querendo ou não, eles não pensam ser possível adqui-

³² Veja-se, entre outros, o que diz Górgias no *Encômio de Helena* (14) sobre os efeitos narcóticos da má persuasão.

³³ Trata assim Adam: *though unwieldy, sluggish, and dull-witted (cf. Ap. 30), he is placid, and not deliberately vicious* (1902, 9). Afasto-me, logo, da leitura de Santini (2011, 135) que sugere uma culpa ou, pelos menos, uma falta de responsabilidade do armador, que deveria estar pronto e capacitado pelo governo do navio.

rir ao mesmo tempo a arte e a cura da navegação e com isso³⁴ capitanear o navio. Quando este tipo de coisas acontece a bordo de um navio, crês que o verdadeiro capitão seria chamado, por aqueles que navegam em navios equipados desta maneira, de alguém com a cabeça nas nuvens, de tagarela ou inútil? (*Resp.* VI 488d-489a)³⁵

O capitão ἀληθινός, *verdadeiro*, é a garantia de que a rota do navio não leve ao naufrágio, portanto. O jogo da imagem é consistente com a ideia geral destas passagens da *República*, nas quais os guardiães-filósofos são a única possibilidade de salvação de uma cidade de outra forma condenada ao naufrágio. O capitão verdadeiro, educado na arte da navegação, exerce fundamentalmente a ἐπιμέλεια, que traduzimos por *ocupar-se de*, mas cujo sentido é certamente mais complexo, articulando ao mesmo tempo a ideia do estudo/preparação com aquela da vigilância atenta e concreta. Ambas atividades facilmente atribuíveis ao ofício de um timoneiro. É o próprio elenco das atividades do capitão, entretanto, a descrever com maior precisão a quais objetos está dedicada esta ἐπιμέλεια: as condições do tempo, as estações, o céu, os astros, o vento.

Uma atenção múltipla, portanto, esta do capitão, e que requer conhecimentos reconduzíveis ao âmbito de astronomia e da geometria. A formação teórica de capitão assim descrito, de fato, é completamente coberta pela astronomia, que se ocupa das estações e dos astros, conforme a própria descrição de Platão no *Banquete* (*Symp.* 188b). Na astronomia, assim com na navegação, revestem uma especial atenção a observação dos fenômenos celestes (οὐρανοῦ καὶ ἄστρον). Este olhar voltado para os céus não pode não fazer pensar nas duas alegorias centrais que irão ocupar as páginas seguintes da *República*: a do Sol e a da Caverna.

Na alegoria da caverna, o prisioneiro libertado também olha para as estrelas à noite e para o sol durante o dia. Mais um sinal de como

³⁴ Sigo na tradução desta difícil passagem a solução proposta por Vegetti para o sentido de ἄμα (Vegetti 2006, 46, nota 33). Mas veja-se também já Adam (1902, 12).

³⁵ Orig.: τοῦ δὲ ἀληθινοῦ κυβερνήτου πέρι μηδ' ἐπαίοντες, ὅτι ἀνάγκη αὐτῷ τὴν ἐπιμέλειαν ποιῆσθαι ἐνιαυτοῦ καὶ ὥρων καὶ οὐρανοῦ καὶ ἄστρον καὶ πνευμάτων καὶ πάντων τῶν τῆ τέχνῃ προσηκόντων, εἰ μέλλει τῷ ὄντι νεῶς ἀρχικὸς ἔσεσθαι, ὅπως δὲ κυβερνήσει ἕαντε τινας βούλωνται ἕαντε μή, μήτε τέχνην τούτου μήτε μελέτην οἰόμενοι δυνατὸν εἶναι λαβεῖν ἄμα καὶ τὴν κυβερνητικὴν. τοιοῦτων δὲ περὶ τὰς νεῶς γιγνομένων τὸν ὡς ἀληθῶς κυβερνητικὸν οὐχ ἡγῆ ἂν τῷ ὄντι μετεωροσκοπὸν τε καὶ ἀδολέσχην καὶ ἄχρηστόν σφισι καλεῖσθαι ὑπὸ τῶν ἐν ταῖς οὐτο κατεσκευασμένας ναυαί πλωτήρων;

a imagem do navio está profundamente entrelaçada com as outras imagens onto-epistemológicas utilizadas por Platão nestas páginas centrais da *República*. Não somente a astronomia, mas também a própria referência aos ventos,—como bem sabe o velejador— implica diretamente a ciência da geometria, pois velejar é uma incessante procura pelos melhores ângulos entre as velas e o vento. Geometria e astronomia —como vimos— constituem as marcas da filosofia platônica na crítica contida na passagem de Sócrates acima citada.

Como é de se esperar pela economia da imagem, o verdadeiro capitão não obteria o favor dos marinheiros descritos nas linhas logo acima: ao contrário, seria considerado por eles «alguém com a cabeça nas nuvens (μετεωροσκόπος), tagarela (ἄδολέσχης), ou inútil». Os epítetos μετεωροσκόπος e ἄδολέσχης são frequentemente atribuídos, na literatura do seu tempo, ao próprio Sócrates. Já nas *Nuvens* de Aristófanes, de fato, o mestre ateniense é chamado de μετεωροσοφιστής no verso 360 e ἄδολέσχης no verso 1480.³⁶ Contudo, é na dupla alegoria da navegação e da medicina articulada pelo mesmo Platão nas páginas do *Político* (*Pol.* 296e ss) que os dois epítetos encontram um paralelo mais direto. Aqui o capitão do navio é também chamado μετεωρολόγον, ἄδολέσχην τινὰ σοφιστήν (*Pol.* 299b), isto é *alguém com a cabeça nas nuvens, um sofista tagarela*.³⁷ A expressão paralela acima, com o acréscimo da qualificação de σοφιστής, é bastante reveladora, e manifesta a intenção de Platão de se referir, também neste caso, a Sócrates e a seu trágico destino histórico. De fato, imediatamente a seguir, esta mesma personagem, alguém que *se ocupa de navegação ou medicina* (ἐπιτίθεσθαι κυβερνητικῆ καὶ ἰατρικῆ) é chamada a juízo pela acusação de ser *corruptor de jovens* (διαφθείροντα νεωτέρους) (*Pol.* 299b-c). Como é amplamente sabido, a corrupção da juventude é parte central da acusação contra Sócrates (Cf. *Apol.* 24b-c) e a imagem deve ter sido construída para remeter o leitor imediatamente a isso.³⁸

³⁶ Cf. para outras referências Keyt (2006, 198).

³⁷ A economia deste ensaio não me permite um estudo mais preciso dos diversos e fecundos paralelos entre esta imagem da *República* e a dupla imagem do *Político* para a compreensão da proposta política platônica, de maneira especial com relação às modalidades democráticas implicadas. Espero proximamente poder dedicar a eles um ensaio.

³⁸ Logo, a referência ao destino de mestre é, mais uma vez, uns dos motivos centrais da construção da imagem do verdadeiro capitão. Nesta mesma referência, está implícito um dos sentidos pretendidos na alegoria: o capitão que navega com

O terceiro epíteto com o qual o verdadeiro capitão é apelidado pela tripulação é de inútil, ἄχρηστός. O termo retorna novamente na imagem, como que a fechar a mesma no contexto desta já mencionada inutilidade da filosofia. Articulado com os outros dois epítetos, porém, o termo assume uma conotação ao mesmo tempo mais precisa e decisiva para a economia da alegoria. A inutilidade de Sócrates e dos seus é, de fato, também estritamente conectada com a tagarelice nas *Nuvens* de Aristófanes. A ἀδολεσχία de Sócrates e de seus discípulos é mencionada no próprio desfecho final da comédia, na cena do incêndio do *Pensatório*. Trata-se de uma crítica sarcástica bastante comum ao conteúdo dos conhecimentos teóricos (investigação das nuvens!) da filosofia e —mais precisamente— da educação socrática. Esta educação filosófica é percebida como enganadora por não trazer qualquer utilidade prática, da mesma forma como a educação do capitão na imagem platônica é considerada, por parte da tripulação, inútil para a tomada do poder. Sente-se aqui ecoar a crítica geral à filosofia platônica esboçada por Isócrates na *Antídosis*, onde a filosofia dos astrônomos e geômetras —conforme vimos acima— é apelidada de ἀδολεσχίαν καὶ μικρολογίαν, isto é de *tagarelice e ninharias* (Isocr. *Antid.* 269).³⁹

Que a tragédia política de Sócrates (e a dos socráticos com ele, entre os quais certamente Platão) esteja de fato por trás da imagem do capitão é também evidente pela passagem final, que parece querer retomar, em tom de fechamento, a legenda inicial (*Resp.* VI 488a) sobre os sofrimentos dos valorosos e o hibridismo da imagem:

Não creio, portanto, que você precise examinar detalhadamente a imagem para compreender que ela representa a relação das cidades com os verdadeiros filósofos, mas você entendeu o que eu quis dizer. Antes de mais nada, portanto, explique a imagem aos que se maravilham que os filósofos não estejam na devida consideração

conhecimento da arte requerida para a navegação não precisa do consenso por parte da tripulação. Esta mesma implicação é explorada a seguir na imagem da *República*, assim como no próprio longo *excursus* do *Político* acima citado. Sobre os motivos da condenação de Sócrates, entre eles exatamente a corrupção dos jovens, dediquei um artigo algum tempo atrás (Cornelli-Chevitarese (2008).

³⁹ Cf. também Gastaldi (2006, 202).

por parte das cidades, e procure convencê-los que deveriam se maravilhar bem mais se o fossem (*Resp.* VI 489a).⁴⁰

O círculo hermenêutico da imagem, portanto, está aqui concluído: estamos falando das cidades, e de maneira especial de uma cidade que não tem em qualquer consideração os filósofos, como foi o caso de Sócrates e os seus. Estamos falando de Atenas, ora. Não deve surpreender, portanto, a expressão Οὐ δὴ οἶμαι δεῖσθαι σε ἐξεταζομένην τὴν εἰκόνα, que traduzi por «Não creio que você precise examinar detalhadamente a imagem». Pois a alegoria do navio é a representação da realidade política de Atenas em sua nudez mais crua, a mesma que está diante dos olhos de Adimanto. Daí a observação de Sócrates sobre a não-necessidade de um escrutínio muito complicado do sentido da imagem: a imagem representa o avesso da utopia que é obviamente a própria realidade histórica de Atenas, como Platão quer continuamente indicar com as referências nem tão veladas à sorte de Sócrates e dos seus. O que a imagem ensina é que com atores políticos, como aqueles representados na imagem do navio, é impossível para os filósofos terem o lugar que lhes caberia. Não é preciso imaginar isso nos detalhes —parece sugerir Platão: basta olhar para a história recente e a atualidade de Atenas!

Há, no entanto, um outro convite feito a Adimanto, desta vez de sinal positivo. É um convite para passar à ação, de certa maneira. Uma ação marcada por dois verbos que acompanharam todo o desenrolar-se da imagem: διδάσκω e πείθω. Adimanto deve *explicar/ensinar* a imagem para *convencer* os que se maravilham que os filósofos não estejam na devida consideração, isto é, capitaneando o navio da cidade. A imagem do navio revela nesta legenda final um convite para a atividade política voltada à educação e à persuasão. A mensagem a ser transmitida é que o avesso da utopia da cidade, onde os filósofos não são governantes, não deve surpreender. Trata-se, evidentemente de um convite a percorrer e fazer percorrer a história das últimas décadas de Atenas para convencer da dramática necessidade da superação das três ondas.

⁴⁰ Orig.: Οὐ δὴ, ἦν δ' ἐγώ, οἶμαι δεῖσθαι σε ἐξεταζομένην τὴν εἰκόνα ἰδεῖν, ὅτι ταῖς πόλεσι πρὸς τοὺς ἀληθινούς φιλοσόφους τὴν διάθεσιν ἔοικεν, ἀλλὰ μανθάνειν ὁ λέγω. (...) Πρῶτον μὲν τοίνυν ἐκείνους τὸν θαυμάζοντα ὅτι οἱ φιλόσοφοι οὐ τιμῶνται ἐν ταῖς πόλεσι δίδασκέ τε τὴν εἰκόνα καὶ πειρῶ πείθειν ὅτι πολὺ ἂν θαυμαστότερον ἦν εἰ ἐτιμῶντο.

De maneira especial, é a terceira delas, isto é, a necessidade de confiar o governo aos filósofos, para que a cidade-navio possa encontrar sua rota segura, aquilo que move o apelo mais premente. Uma política e uma educação que novamente se colocam contra a corrente, portanto.

Este último convite, feito a Adimanto, para percorrer (e ajudar a percorrer) a história recente de Atenas encerra a imagem como tal. É confiado ao leitor, desta maneira, o sentido pretendido pela imagem e sua função no interior da argumentação dos livros centrais da *República*: o navio/cidade demanda qualidades para seu governo só encontradas nos filósofos.

5. Conclusão

Na economia dos livros centrais da *República*, a imagem do navio representa, portanto, uma tentativa derradeira de convencer o interlocutor da necessidade de confiar o governo aos filósofos. Os motivos para isso foram amplamente discutidos no *excursus* teórico sobre a natureza do filósofo que precede a imagem, e dependem do pressuposto de que somente os filósofos teriam educação e conhecimentos necessários para capitanear o navio. Às formas e às modalidades desta educação dos guardiães-filósofos, são dedicadas as páginas que seguem a imagem. A gravidade da discussão —sublinhada pela necessidade de repensar a educação dos guardiães ἐξ ἀρχῆς, *do zero* (*Resp.* VI 502e)— é de certa forma consequência do impacto dramático da imagem monstruosa e híbrida do navio à deriva.

Imagem invertida, como se viu, representação do avesso da utopia que é o naufrágio de Atenas, a alegoria do navio assume assim seu lugar no interior das célebres imagens que marcam estes livros fundamentais da *República*; sol, linha e caverna. Logo, o navio resulta importante não somente porque antecipa —como vimos— temas e sugestões que reaparecerão nas ainda mais celebradas imagens que lhe fazem sequência, mas precisamente porque representa uma passagem chave para o desdobrar-se da argumentação. A imagem revela em tons dramáticos a necessidade da formação do verdadeiro capitão do navio, como alguém que se distingue dos outros pretendentes exatamente por ter sido educado na arte da navegação.

Esse governo do navio, como o da cidade, requer uma ampla e significativa componente teórica: astronomia, geometria, etc. É

esta primeira imagem portanto que dá o tom do restante da discussão. Isso porque, ela estreia no texto o que será discutido por Sócrates a seguir, ou seja, o argumento segundo o qual a formação dos guardiães precisará de um suplemento teórico. A busca é por uma garantia de que eles estejam dotados das capacidades éticas e teóricas necessárias para a função. Esta garantia passará, nos livros VI e VII da *República*, pela construção de um horizonte onto-epistemológico ao qual o capitão/guardião possa olhar ao pilotar o navio da cidade.

As outras três imagens —do sol, da linha e da caverna— se inserem, certamente de forma mais celebrada pela tradição, neste esforço de consolidação do horizonte de referência dos filósofos chamados a guiar a cidade. É o avesso da utopia representado pela imagem do navio, entretanto, que inaugura, e torna necessário, o desdobramento teórico e analógico deste mesmo horizonte. Ao final deste percurso, a alegoria da caverna encena significativamente uma reviravolta nos rumos captados pela imagem do navio: uma utopia realizada, de certa maneira, com a ação do prisioneiro que se liberta e liberta os outros. Platão parece querer assim encerrar o ciclo das imagens justamente na caverna. A imagem do navio, deixada em suspenso com sua carga de dramaticidade, é todavia crucial porque levanta quais são as atribuições a serem finalmente resolvidas na imagem da caverna.

O avesso da utopia aqui representada na imagem do navio parece desempenhar também —para além da economia própria do texto da *República*— um papel polêmico no interior do debate político da Atenas do IV século, imediatamente após a derrota da cidade frente às guerras civis que assolaram os últimos anos do Século V e o início do IV. Debate que já havia ganhado provavelmente os palcos da comédia, assim como os bancos das praças e de *jardins* como aqueles de Sócrates e da própria Academia. Neste debate, Platão navega —como vimos— contra corrente. Enquanto sua proposta de confiar o governo aos filósofos entra em direta colisão com a ideologia democrática, o currículo da filosofia pretendido para a formação destes guardiães é fortemente criticado por Sócrates e outras agências de formação políticas atenienses.

Platão, de um lado, utilizando os motivos de uma alegoria já consolidada entre navio e cidade, defende sua proposta oligárquica de cidade justa, porque confiada ao governo dos *verdadeiros capitães*, isto é, dos filósofos. Por outro lado, mais uma vez, Platão

embute na polêmica uma referência clara ao destino trágico de Sócrates, protótipo do *verdadeiro capitão*. É Sócrates, de fato, quem navegou contra corrente na política e na educação atenienses, e por isso foi morto e jogado para fora do navio pela tripulação. A imagem do navio, portanto, constitui também uma renovada apologia da atuação do mestre e dos socráticos (entre eles o próprio Platão) nos concitados anos da guerra civil ateniense.

Referências

- ABBATE, M. (1999). «Gli aspetti etico-politici della Repubblica nel commento di Proclo (dissertazioni VII/VIII e XI)» In Vegetti, M. & Abbate, M. (eds) *La Repubblica di Platone nella tradizione antica*. Napoli: Bibliopolis, 207-218.
- ADAM, J. (1902) *The Republic of Plato*, 2 Vols. Cambridge: Cambridge University Press.
- ARISTOPHANES. *Aristophanis Fabulae*. Ed. Wilson, Nigel Guy. Oxonii: E typographeo Clarendoniano, 1935-2007.
- CANFORA, L. (2014) *La crisi dell'utopia*. Milano: Feltrinelli (*Kindle Edition*).
- CASSON, L. (1959) *The Ancient Mariners: Seafarers and Sea Fighters of the Mediterranean in Ancient Times*. New York: Macmillan.
- CENTRONE, B. (2011). Platone. *República*. Trad. de F. Sartori, intr. de M. Vegetti, notas de B. Centrone. Bari: Laterza.
- CHEVITARESE, A. & CORNELLI, G. (2008) «(Almost) forgotten complicity: Socrates (and Plato) between the Oligarchic Coup of 404 BC and the Democratic Restoration of 403». In: Pedro Paulo A Funari, Renata Senna Garraffoni, Bethany Letalien. (Org.). *New Perspectives on the Ancient World*. Oxford: Archaeopress/FAPESP, p. 161-167.
- COATS, J. F. (1989) *The trireme sails again*. *Scientific American*, Vol. 260 (4), pp. 96-103.
- CORNELLI, G. (2009) A paixão política de Platão: sobre cercas filosóficas e sua permeabilidade. *Revista Archaï: Revista de Estudos sobre as Origens do Pensamento Ocidental*, v. 2 (2009), 15-29.
- CORNELLI, G. & BATAGELLO, R. (2012) Platão e o debate sobre a reforma militar ateniense. In: Claudio Umpierre Carlan; Pedro Paulo Funari; Margarida Maria de Carvalho; Érica Cristhyane Moraes da Silva. (Orgs.). *História militar do mundo antigo: guerras e cultura*. São Paulo: Annablume.

- DÜRING, I. (1941) *Herodicus the Crateteian : a study in anti-Platonic tradition*. Stockholm : Wahlström & Widstrand.
- FERRARI, F. (1989) *Teognide, Elegie. Introduzione, traduzione e note*. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli.
- GASTALDI (2003). «L'allegoria della nave». In Vegetti, M. *Platone. La Repubblica*. Vol. 5, Libri 6 e 7. Napoli: Bibliopolis.
- GENTILI, B. (1984) *Poesia e pubblico nella Grecia Antica: da Omero al V secolo*. Bari: Laterza.
- GERBER, D. (1999) *Greek Elegiac Poetry*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- GÓRGIAS. «Elogio de Helena e Tratado do não-ser. Tradução e nota de Coelho, Maria Cecília de Miranda ». In *Cadernos de Tradução* 4/1999, São Paulo.
- HOWLAND, R. L. (1937). «The Attack on Isocrates in the Phaedrus». *The Classical Quarterly* Vol.31(3-4), 151-159.
- ISOCRATES. Trans. G. Norlin, Vol. II. Loeb Classical Library. London, Heinemann.
- KEYT, D. (2006) «Plato and the Ship of State». In Santas, Gerasimos. *The Blackwell guide to Plato's Republic*. Malden: Blackwell.
- MORRISON, J. S., and J. F. COATES (1986) *The Athenian Trireme*, Cambridge: Cambridge, University Press.
- NIGHTINGALE, Andrea Wilson (1995) *Genres in dialogue: Plato and the construct of philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PLATO. *Platonis Rempublicam*. Ed. Slings, S. R. Oxford : Clarendon Press, 2003
- SANTINI, V. (2011). *Il filosofo e il mare: Immagini marine e nautiche nella Repubblica di Platone*. Milano: Mimesis.
- SILLITI, G. (1980) *Tragelaphos: storia di una metafora e di un problema*. Napoli: Bibliopolis.
- THEOGNIS ELEG., *Elegiae*. Ed. Young, D. (post E. Diehl) Leipzig: Teubner, 1971.
- TOO, Yun Lee (2008) *A commentary on Isocrates' Antidosis*. Oxford: Oxford University Press.
- VEGETTI, M. (2003). *Platone. La Repubblica*. Vol. 5, Libri 6 e 7. Bibliopolis, Napoli.
- WEST, M.L. (1980) *Iambi et elegi graeci*. Vol. 1. Oxford: Clarendon Press 1980.
- YATROMANOLAKIS, D (2009) «Alcaeus and Sappho». In Budelmann, F. (ed.) *The Cambridge Companion to Greek Lyric*. Cambridge: Cambridge University Press.

CORNELLI, Gabriele, «Platão contra a corrente. A imagem do navio na *República*», *SPhV* 16 (2014), pp. 5-30.

RESUMO

O presente artigo consiste na análise da imagem do navio, presente no Livro VI da *República* de Platão, no contexto da principal discussão dos livros centrais do diálogo, ou seja, o governo da cidade por parte dos filósofos. Quando comparada às outras mais célebres imagens —sol, linha e caverna— que compartilham as mesmas páginas platônicas, o navio não recebeu a mesma atenção da tradição dos comentadores. Neste ensaio procurarei demonstrar a relevância da imagem, fundamental tanto na economia dos argumentos dos Livros VI e VII de *República*, como para o debate político ateniense em curso nos anos em que o Platão estava produzindo as teses contidas no diálogo.

PALAVRAS-CHAVE: Platão, *República*, utopia, alegoria do navio.

ABSTRACT

This ship simile as is shown in Book VI of Plato's *Republic* will be analyzed considering its place within the discussion on whether to trust the city government to philosophers, core theme of the central books of the dialogue. When compared to the other celebrated pictures —sun, line and cave— holding these Platonic pages, the image of the vessel has not received the same attention paid by the tradition of the commentators to the other images. My attempt in this paper is to show the relevance of the image in both the arguments of Books VI and VII of *Republic* and the Athenian political debate going on in the same years in which Plato was writing his dialogue.

KEYWORDS: Plato, *Republic*, utopia, ship simile.